

O Problema da Teoria.

O lugar da disciplina de Teoria da Arquitectura na didáctica da Arquitectura

Pedro Marques de Abreu

Arquitecto, Professor Auxiliar da F.A.U.T.L.

pabreu@fa.utl.pt; pedro.marques.abreu@gmail.com

«[...] Os arquitectos que exerceram [a sua actividade] sem formação teórica, mas apenas com base na experiência das suas mãos, não puderam realizar-se ao ponto de se lhes reconhecer autoridade pelos seus trabalhos;»

Vitrúvio – De Architectura. Liv. I, cap. I, 2¹

A primeira tarefa que uma disciplina deve levar a cabo é a de justificar devidamente a sua existência. Sem esse impreterível passo ela pode erradamente ser considerada necessária, fruto de uma visão sentimentalista ou da valoração circunstancial de aspectos que não lhe são próprios; ou ser erradamente considerada redundante ou ancilar – quando é essencial –, também porque é distraidamente olhada segundo factores que lhe são acessórios.

É descabido pensar que a existência e o lugar de uma disciplina depende de uma estatística de preferências, de uma média de opiniões – a presença de uma disciplina não pode estar radicada em factores tão friáveis. Não, a razão de ser de uma disciplina depende do *problema* a que responde: da existência de um lugar, na ordem concreta da vida, para esse problema; e a importância dessa disciplina depende da relevância que esse problema tem na trajectória prática da vida, depende do *pondus* existencial do problema.

Se o cabimento de uma disciplina decorre do problema que enfrenta e que pretende resolver, perguntemo-nos, pois: para que serve a Teoria da Arquitectura, qual a necessidade da Teoria da Arquitectura à Arquitectura?

1. O que é ‘um problema’?²

Um problema é um âmbito, sofrido, de insuficiência; é experimentado como um obstáculo ao necessário curso dos acontecimentos: por exemplo o “problema da habitação” – todos deveriam ter uma habitação condigna e não é assim –; por exemplo o “problema do emprego” – todos deveriam ter emprego e não é assim. Problema é, portanto, algo que não se sabe (ou não se tem) e que se sente que se deveria saber (ou ter).

O conceito de problema é composto por, pelo menos, três *facies* semânticas: em primeiro lugar, o *interesse* – não nos é indiferente a questão levantada pelo

¹ Tradução de M. Justino Maciel (Vitrúvio – *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST Press, 2006; p. 30)

² Neste capítulo seguiremos o pensamento do Professor Mário Jorge de Carvalho que nos apresentou o âmbito semântico do conceito de *problema* numa das suas lições de Ontologia (FCSH – UNL primeiro semestre do ano lectivo 2007/2008). Uma vez que este texto não foi contudo revisto pelo seu primeiro autor, qualquer incongruência que nele surja não lhe deve ser imputada.

problema (poderia ser um “não ter” ou “não saber” que não nos movesse – como o conhecimento do nome de todos os assinantes da lista telefónica – mas isso não seria “um problema”); em segundo lugar, dizer ‘problema’ significa identificar a existência de obstáculos à realização daquilo que nos interessa – há entraves ao fluxo de não-indiferença (algo nos impede de atingir esse “saber”, que se quer e não se tem, ou esse “ter”, de que se necessita e não se obtém); em terceiro lugar, ‘problema’ implica a experiência de uma *limitação de poder* – verifica-se uma incapacidade de ultrapassar os impedimentos ao saber ou ao ter, e, essa incapacidade, experimenta-se como persistente (não basta esperar passivamente pela sua resolução – o problema não é um obstáculo que se dissolve pelo normal desenvolvimento dos acontecimentos, permanece inclusivamente a dúvida acerca da própria possibilidade de o problema alguma vez poder vir a ser solucionado).

Um problema corresponde, então, à configuração da tomada de consciência de uma adversatividade a um curso de interesse tido como necessário ao meu Eu, algo entendido como um estorvo ao movimento vital de mim – é isso que queremos dizer quando afirmamos que “estou com um problema”.

Conduzamos agora o conceito de ‘problema’ para a região que nos interessa: a da Arquitectura e/ou da Teoria da Arquitectura.

2. Existe um ‘problema’ da Teoria da Arquitectura?

Qual é o problema que a Teoria da Arquitectura pretende enfrentar?

Sabemos que é um problema relativo à arquitectura. E sabemos que é um problema que decorre de uma determinada atitude relativamente à arquitectura, atitude a que se pode chamar *teórica*.

Ora, dizer ‘teoria’ suscita, desde logo, uma objecção à existência de um problema, porquanto, normalmente, os assuntos teóricos – opondo-se aos práticos – não são vistos como *necessidades*, nem como obstáculos ao movimento vital de mim, uma vez que não interferem directamente na vida (normalmente dizer que “um problema é teórico” é equivalente a dizer que é um não-problema). Os assuntos teóricos não seriam, por isso, aparentemente, passíveis de se constituírem como problema.

Se disséssemos o problema da prática da arquitectura, isso sim poderia constituir um problema (eventualmente grave). Mas, em que medida o problema da Teoria da Arquitectura é efectivamente um problema? A quem interessa? Quem o sente como um vazio de conhecimento e não acha que possui já uma “teoria” de arquitectura que chega perfeitamente? Ou quem é que acha que não saber nada de Teoria da Arquitectura constitui, de facto, um problema: um bloqueio ao desejado curso dos acontecimentos?

3. O que é 'teoria'?

'Teoria' significa literalmente 'visão' mas é entendida normalmente como 'contemplação'. A "vida contemplativa" era a dos monges e a dos filósofos, cujo tempo era gasto a pensar e a meditar sobre algo não exclusivamente material, eterno. E opunha-se à "vida activa"³ – de quem "punha as mãos na massa" (como se diria hoje): de quem trabalhava usando as mãos e o corpo, relacionando-se com a vida num plano estritamente horizontal, de troca directa, sem distanciamento crítico e metafísico.

Neste sentido parece difícil um problema de *teoria* ser um problema *da* vida, na medida em que hoje nos parece distante o seu peso ou valor existencial. Assim a *teoria* da Medicina parece não conduzir melhor à resolução dos problemas de saúde, na medida em que as curas são descobertas durante o exercício prático desta ciência; e a *teoria* do Direito parece não conduzir a maior justiça na vida, na medida em que não resolve as injustiças...

E contudo a *visão* de um determinado assunto, a sua *contemplação*, traz a vantagem de nos introduzir ao conhecimento do curso e da extensão do assunto em questão; faz com que nos apercebamos da origem desse assunto e do seu destino – da totalidade do seu horizonte: tal como quando subimos a um sítio alto para termos uma melhor perspectiva do caminho a seguir. Sob este ponto de vista a atitude teórica poderá introduzir, desde logo, uma vantagem (apesar de se poder admitir que a consideração do princípio e fim de um caminho nos pode fazer perder o contacto com o seu meio e, portanto, com o próprio caminho).

Dissemos que 'teoria' significa 'visão', muito embora seja normalmente entendida como 'contemplação'. Ora a palavra 'visão' contém um acento de maior proximidade e de maior interferência na vida relativamente à palavra 'contemplação'. Pode-se mexer numa coisa sem a ter contemplado, mas já não se o pode fazer sem a ter visto. 'Visão' implica contacto com a coisa, um conhecimento dela sem interferência nela, a sua apreensão global, embora não a sua manipulação. *Ver* uma coisa significa fazê-la minha ao nível da consciência – saber quais os seus limites, a sua finalidade; e sabê-lo de um modo próximo, concreto; não difuso nem distante. O significado de 'ver' é convergente com o de 'compreender'. *Teoria*, no sentido próprio, poderia então ser entendida como a *visão* de um determinado assunto com a nitidez de um *alvo*, considerando as afirmações e as acções que são produzidas, relativamente a esse assunto, como setas, que ora acertam no centro do alvo, ora na periferia, ora no seu exterior.

4. Existe relevância existencial na Teoria?

A consideração *teórica* de um assunto – por si só – parece, pois, ter relevância existencial, ou seja, contacto com a "vida activa", prática, na medida em que atesta lucidez, *visão* compreensiva desse mesmo assunto; da inexistência de uma atitude *teórica* face a um assunto decorre uma insuficiente lucidez perante ele, uma insuficiente compreensão.

³ Hannah Arendt – *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio d'Água, 2001 (*passim*, mas especialmente pp. 19-33).

Mas, ainda assim, essa insuficiente compreensão parece não ser inibitória da acção sobre... A incompreensão de um princípio físico (por exemplo, a queda dos graves) não implica a não manipulação da matéria de acordo com esse princípio (não inibe por exemplo a possibilidade de jogar basquetebol). Não será assim também no que diz respeito à prática da arquitectura, nomeadamente à actividade da projectação arquitectónica? Concretizando: em que medida a inexistência de um conhecimento teórico da arquitectura inibe a sua produção: o Projecto? (A História parece inclusivamente apontar para a não necessidade da Teoria, na medida em que muitos dos que fizeram arquitectura no século XX e que a continuam a fazer hoje parecem não deter qualquer conhecimento teórico da arquitectura, porquanto a ele não tiveram acesso em escolas de arquitectura: Frank Ghery, por exemplo, não possui o grau de arquitecto, não teve um percurso académico tal que, de acordo com os parâmetros actuais, pudesse ser considerado suficiente para ser arquitecto.)

4. a. O lugar da Teoria no Projecto

Consideremos o acto de Projecto. Não é aqui o lugar para analisar detalhadamente este processo e esclarecer as suas componentes, basta que constatemos que esse processo contém em si duas espécies de momentos que se repetem ciclicamente: um momento de geração de ideias e outro de crítica ou selecção dessas ideias⁴. Perguntemo-nos, qual é o critério para a selecção dessas ideias? A resposta só pode ser uma: o maior ou menor potencial de valor arquitectónico – de arquitecturalidade – de cada uma dessas ideias. Sabemos que o critério não pode ser relativo ao programa ou “funcional”, na medida em que, frequentes vezes se percebe claramente que uma ideia, sendo menos fiel ao programa, menos “funcional”, poderá contudo resultar em melhor arquitectura: a preferência contemporânea por reutilizar edifícios antigos em vez de construir *ex-novo* – o que implicaria necessariamente uma maior facilidade de adequação ao novo programa – é disso sintoma. Sabemos que o critério não pode ser estético, na medida em que imediatamente se percebe que determinadas opções esteticizantes não são pertinentes à natureza arquitectónica do problema: a colocação de uma piscina de lava derretida no átrio de um hotel ou de um centro de conferências possuiria, indubitavelmente, um elevado efeito estético, mas não seria admissível, arquitectonicamente, por razões de saúde pública. O critério de escolha entre uma ou outra ideia no seio do processo íntimo do projecto é, logo, a ideia de arquitectura, em si, que o projectista tem. Ora essa ideia – enquanto ideia – é de natureza teórica.

Não é possível, portanto, projectar sem uma ideia – teórica – de arquitectura. O projecto de arquitectura, enquanto actividade prática não tem possibilidade de se consubstanciar sem recorrer a conteúdos de natureza teórica. E este, note-se, não é um juízo do foro ético – de não dever ser admissível a produção de arquitectura sem uma teoria sobre esta –; é um juízo do foro ontológico – o processo de projectação não consente a possibilidade de projectar sem teoria, não existe essa possibilidade real; o próprio processo requer, necessariamente uma ideia de arquitectura, uma teoria da arquitectura.

4 J. Christopher Jones – *Design Methods*. London, New York, Sydney, Toronto: John Wiley & Sons, 1978; pp. 61-71.

5 São várias as textos de Louis Kahn em que se percebe a pertinência da teoria ou visão da arquitectura ao seu método de projecto, apresentamos algumas passagens: «[...] I really do believe design is a circumstantial thing. I believe that man must realize something before he as the stimulation within him self to design something. I believe that there are many in our profession who rely entirely upon the actual design and very little on the way of thought as to what a thing wants to be, before they try to develop the design – the solution of the problem.» [...] «From it [order] you can get a sense of the existence-will of something, let us say, of a form, of a need, which one feels. The existence-will of this need can be sensed through realization. From realization you get much richness of design – design comes easily» [...] «So, therefore, the existence-will of something, an auditorium, a street, a school, will be the thing which makes the form.» [...] «An architect thinks of

a school possibly as being a realm of spaces within which is well to learn. [...] Every city is made of institutions. If you were to consider the making of a city you would have to consider the organization of institutions. But you have to review those institutions and really know what institutions are. The institution of learning must have in its mind – must have in its sense – the realm of spaces which you feel is sympathetic to learning. So, therefore, you may go into space, which may be a Pantheon like space. You would name it absolutely nothing – it would just be a good place to arrive in which you say “school” – from which may come other spaces: small or large, some with light above, some with light below, some big spaces made for many people, some small spaces for a few people, some small spaces for many people and some big spaces for only a few people, some seminal spaces, some to meet / other ways, never naming any more of them either “classroom” or “auditorium” or “seminal” or anything, just realizing that there is a sense to the realm of spaces where is good to learn. That is all you have to know. The program is nothing. [...] «How, existence-will then, of trying to grasp the realm of spaces or defining the character of space which is good for a space, is, I tell you from the little that I have had the chance to develop it, the most delightful, most fulfilling experience of all. How to do it is infinitely less important than what to do, for it gives you the means to do it.» [...] «Every space must have its own definition for what it does, and from that will grow the exterior, the interior, the feeling of spaces, the feeling of arrival.» [...] «The realization of what is an auditorium is absolutely beyond the problem of whether it is in Sudan, or in Rio de Janeiro. Therefore, your getting the essence of what you are trying to do in creating what it wants to be, should be the first concern – should be the first act – of an architect [...]». (Louis Kahn – «Talk at the conclusion of the Otterlo Congress (1959) in Robert Twombly (edited by) – Louis Kahn - Essential Texts. New York, London: WCV, Norton, 2003; pp. 37-38, 39, 40, 41-42, 44, 48, 55 – sublinhados nossos). Veja-se relativamente a Louis Kahn e a ao seu processo de projecto Paolo Portoghesi – Depois da arquitectura Moderna. Lisboa: Edições 70, 1982; pp. 85-90. E Sandro Benedetti – «A arquitectura sacra hoje: acontecimento e projecto». Actas do Colóquio “Novas igrejas de vários tempos”, Mosteiro de S. Vicente de Fora, Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 1996. Edição Rei dos Livros, Lisboa, 1998; p. 79 e seguintes, especialmente pp. 104-108.

6 Luigi Pareyson – Estética: Teoria della formatività. (Primeira edição: 1955) Milano: Bompiani, 2002; pp. 57-93. Veja-se também, do mesmo autor, Os problemas da estética. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 181-192.

(Haveria ainda a acrescentar, à presença da ideia de arquitectura – genérica – no processo de projecto, a presença, no mesmo processo, de outras ideias de arquitectura: uma ideia de arquitectura específica do tema da obra e outra referente à obra singular que se está a realizar. Estas duas ideias de arquitectura extravasam o campo estrito a Teoria da Arquitectura, enquanto se radicam no âmbito científico a que se costuma chamar Métodos de Projecto e, por isso, não devemos aqui desenvolver detidamente estas ideias. Relativamente à noção de tema arquitectónico remetemos para Louis Kahn, na medida em que era fundamental para este autor a consciência da experiência que o edifício deveria suscitar em quem o habitasse e sendo essa consciência – de índole teórica – anterior e motor do acto de design; Kahn condensava esta teoria na pergunta com que iniciava os seus projectos e o trabalho com os seus alunos: “o que é que o edifício quer ser?”⁵. Relativamente à presença de uma ideia da obra específica – ideia velada mas operativa, que serve como critério e permite discernir intimamente os sucessos e insucessos das tentativas que constituem o Projecto –, remetemos para a noção de “forma formante”, termo cunhado por Luigi Pareyson na sua Estética, Teoria della Formatività⁶. Qualquer destes dois graus de “ideia específica de arquitectura”, não sendo completamente genéricos, não são completamente teóricos: estão já permeados por intenções poéticas. São, contudo, ainda parcialmente teóricos e o esvaziamento da substância teórica destas ideias de arquitectura, reduz a sua operatividade projectual. Por outro lado, a insuficiente compreensão do processo de projecto implica uma carência de lucidez e, conseqüentemente, uma limitação potencial, donde decorre também a vantagem de uma visão teórica do processo de projecto.)

4. b. Consequências da ausência da Teoria-da-arquitectura à Arquitectura e ao Projecto

Ainda que não seja possível fazer arquitectura e projectar sem a participação de uma teoria, a verdade é que essa teoria pode não ser adequada – pode não ser uma verdadeira teoria-da-arquitectura: aquilo que define a ontologia da arquitectura. Ora isso tem consequências de enorme gravidade para a produção arquitectónica e para os seus protagonistas – consequências sensíveis na satisfação dos habitantes e dos projectistas.

Pode acontecer que a ideia de arquitectura (no fundo, a noção de arquitecturalidade de algo), operativa no processo de projecto, não seja clara e distinta, esteja implícita, mas não explícita. Ou pode acontecer que, sendo a ideia explícita, não corresponda efectivamente à realidade do que é arquitectura (por exemplo, a ideia de arquitectura pode estar reduzida à ideia de um espaço “funcional” e/ou esteticamente apelativo...)

Esta última situação é trágica para o projectista: ainda que este desenvolva o processo de projecto de forma que sente satisfatória, tomando decisões informadas em função daquilo que pensa ser a melhor arquitectura, a resultante do seu trabalho não poderá nunca ser arquitectura, porquanto o critério da escolha, operativo durante a fase de projecto, não foi nunca relativo à essência própria da

arquitectura, mas a um aspecto que lhe era acessório (seleccionaram-se sempre as ideias que eram mais submissas ao programa, por exemplo, mas não aquelas de que resultaria melhor arquitectura). Esta situação é trágica porque o projectista nunca se dá conta da sua insuficiência (pelo menos durante o projecto) e vive assim completamente alheado, alienado, quanto ao *munus* da sua profissão.

A primeira situação – aquela em que a ideia de arquitectura está implícita mas não explícita na fase de projecto –, não sendo trágica, é dramática. O projecto contém uma noção implícita e acertada do que é arquitectura; estaria portanto habilitado, caso o processo de projecto fosse solitário e autónomo, a tomar as decisões em função dos critérios certos; e, caso o projecto se desenvolvesse de forma intimamente satisfatória, a resultante seria, efectivamente arquitectura. Contudo o processo de projecto não é solitário nem autónomo. O projectista – enquanto profissional junto dos outros participantes na obra, ou enquanto aluno junto dos seus professores – tem que argumentar as suas opções e tem que o fazer de forma convincente. Se os argumentos que defendem uma opção mais cara, menos obediente ao programa ou mais complexa de construir não forem evidentes, se desses argumentos não resultar óbvia uma *mais-valia* para o dono da obra, para o cliente, para os engenheiros das especialidades ou para o construtor (e também para o professor que acompanha o aluno nas suas decisões), se assim não for, dizíamos, dificilmente serão tomadas, nas opções de projecto, as decisões acertadas – e o projecto quedar-se-á inevitavelmente desnaturado (o que é notório na frustração para o arquitecto, sobretudo para o menos experiente, que muitas vezes constitui o processo de obra). E, ainda aqui, o conflito não é apenas com o Outro. É também um conflito íntimo e penoso para o próprio projectista, dele consigo mesmo. Enquanto não souber explicitar as razões das suas opções nas diferentes fases do projecto, mesmo que prevaleça o critério próprio e essencial do que é a arquitectura, o projectista ficará sempre com dúvidas, sem saber se não valia mais ter atendido às pretensões que lhe eram apresentadas – com objectividade e evidência – pelo dono de obra, pelo cliente, pelo engenheiro (ou pelo professor).

É, pois, necessário, a uma perspectiva de sucesso do processo prático da arquitectura (ao processo do projecto), uma Teoria-da-arquitectura – uma visão essencial do que é e não é 'arquitectura', de modo a poder operar activamente e conscientemente nas decisões de projecto. Defendemos que é necessário, mas não que seja suficiente: porque, sabendo o que é 'arquitectura', pode-se ainda não ter o talento suficiente para conseguir realizar essa visão (aqui começa, na nossa opinião, a grande aventura que é o Projecto e a Obra). Contudo, garantidamente, não sabendo o que é 'arquitectura' e não sabendo dizer o que é 'arquitectura' – não possuindo, portanto, a necessária Teoria-da-arquitectura – o sucesso do processo de projecto é absolutamente impossível.